



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **JONES MOURA** – PSD/RJ

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 3.674, DE 2023

Altera a Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais; o Decreto-Lei 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dispor sobre a abordagem realizada por guardas municipais e a obtenção de provas.

Autor: Deputado KIM KATAGUIRI

Relator: Deputado JONES MOURA

I - RELATÓRIO

Trata-se de alteração do Estatuto Geral das Guardas Municipais (EGGM) e do Código de Processo Penal (CPP), visando a conferir às guardas municipais a competência de fazer abordagens e revistar suspeitos de prática de infrações penais, mediante inserção do inciso XIX ao art. 5º do EGGM, validando as provas assim obtidas mediante inclusão do art. 244-A ao CPP.

Na Justificação o ilustre autor menciona decisão recente da 6ª Turma do STJ, que decidiu, em sede do Habeas Corpus nº 829956 – SP, anular a condenação de um homem pelo crime de tráfico de drogas com base em provas obtidas a partir de busca pessoal considerada ilícita, oriunda de abordagem da guarda municipal. Traz, como contraponto, entendimento da maioria da Corte, como a decisão proferida em sede do HC 720471, julgado em 24/02/22, pela 5ª Turma do STJ (“a busca pessoal é legítima se amparada

Apresentação: 08/12/2023 12:43:40.613 - CSPCCO
PRL 1 CSPCCO => PL 3674/2023

PRL n.1





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **JONES MOURA** – PSD/RJ

em fundadas razões, se devidamente justificada pelas circunstâncias do caso concreto”). Confere destaque à evolução das guardas municipais, amparadas pelo EGGM, no sentido de realizar até prisões em flagrante, conforme permissivo do art. 301 do CPP.

Apresentado em 01/08/2023, no dia 8 do mesmo mês foi distribuído às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), esta, para fins de mérito e para efeito do disposto no art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, inciso II), em regime de tramitação ordinária (art. 151, inciso III).

Em 22/08/2023 fomos designados para relatoria, o que nos honra ao apresentar o presente parecer, consignando que, encerrado o prazo de cinco sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 10/08/2023 a 23/08/2023), nenhuma foi apresentada.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão examinar o mérito de matérias que instituem “políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais”, nos termos do disposto no RICD (art. 32, inciso XVI, alínea ‘g’), que se amolda, portanto, ao conteúdo da proposição em apreço.

Cumprimentamos o ilustre Autor pela preocupação em aperfeiçoar o ordenamento jurídico, no sentido de conferir mais proteção a toda a sociedade, mediante a alteração do Estatuto Geral das Guardas Municipais, conferindo efetividade à atuação desses órgãos de segurança pública que garantem mais tranquilidade à população de mais de mil Municípios do País.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **JONES MOURA** – PSD/RJ

O enfoque deste parecer, portanto, é o de mérito segundo a vocação temática da CSPCCO e a esse respeito não temos reparos a fazer quanto ao conteúdo.

Entretanto, consideramos que o assunto deve ser tratado apenas no âmbito da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, tendo em vista que se trata de aspecto específico dessa categoria, não havendo razão para tratar de alguma excepcionalidade dentro do Código de Processo Penal. A inserção da proposta do autor por meio de inclusão no Estatuto Geral das Guardas Municipais atende ao pretendido e reforça a importância dessa legislação, esclarecendo, com mais propriedade, as competências que os Guardas Municipais já possuem. Assim, estamos propondo o desdobramento do parágrafo único do artigo 5º do Estatuto em dois incisos, sendo um o texto atual e o outro a previsão da possibilidade de obter provas por meio de abordagem e busca pessoal, tão somente para deixar claro aquilo que, na prática, já existe e é essencial para o cumprimento das atribuições constitucionais e legais das Guardas Municipais.

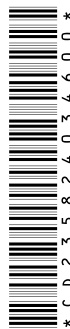
Por fim, como contribuição ao Relator que nos sucederá na CCJC, Comissão responsável pela análise da forma, sugerimos que os comandos dos dispositivos sejam grafados no singular, uma vez que já houve situações em que o comando indevido da lei, no plural, inocentou réu que havia cometido apenas uma conduta.

Diante do exposto, somos pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei nº 3.674, de 2023**, na forma do **Substitutivo** em anexo, solicitando apoio aos demais Pares para que votem no mesmo sentido.

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2023.

Deputado Federal **JONES MOURA**

PSD – RJ





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **JONES MOURA** – PSD/RJ

Apresentação: 08/12/2023 12:43:40.613 - CSPCCO
PRL 1 CSPCCO => PL 3674/2023

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235824034600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jones Moura





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **JONES MOURA** – PSD/RJ

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3674/2023

Altera a Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, para dispor sobre a abordagem e a obtenção de provas realizada por guardas municipais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, para dispor sobre a abordagem realizada por guardas municipais e a obtenção de provas.

Art. 2º A Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 5º

.....

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a guarda municipal poderá:

I - colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal, deverá a guarda

Apresentação: 08/12/2023 12:43:40.613 - CSPCCO
PRL 1 CSPCCO => PL 3674/2023

PRL n.1





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **JONES MOURA** – PSD/RJ

municipal prestar todo o apoio à continuidade do atendimento;

II - obter provas por meio de abordagem e busca pessoal, quando houver fundada suspeita, como medida de prevenção, no contexto das competências contidas neste artigo, as quais serão consideradas válidas para todos os efeitos.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2023.

Deputado Federal **JONES MOURA**
PSD – RJ

Apresentação: 08/12/2023 12:43:40.613 - CSPCCO
PRL 1 CSPCCO => PL 3674/2023

PRL n.1

